

LACTICOOP

Boletim Informativo dos Cooperantes



**CENTRAL
LOBAO**
THE WOLFPACK LEADERS

FOLHETO PORTUGAL

VITO
AGRO

**TOOLS FOR
FARMING
BRAVERY**

vito-tools.com



Editorial

O setor leiteiro europeu atravessa um período de fortes desafios e profundas transformações. A volatilidade dos mercados internacionais, a pressão crescente sobre os custos de produção, as exigências ambientais e de bem-estar animal, e, mais recentemente, as ameaças sanitárias, têm posto à prova a resiliência dos produtores e das cooperativas que sustentam esta fileira essencial da economia rural.

A tudo isto soma-se a descida dos preços do leite, já sentida em vários países do norte da Europa. Este ajustamento tem sido atribuído à conjuntura menos favorável nos mercados de manteiga e queijo, ao aumento da oferta global de leite e sólidos, e às dificuldades de escoamento dos excedentes num contexto internacional marcado pela instabilidade económica. Ainda assim, o leite continua a ser um símbolo da vitalidade e da capacidade de adaptação da agricultura europeia.

Aproxima-se o fim do ano económico e, como é habitual, os vários agentes económicos começam a fazer o balanço do exercício que agora termina e a preparar os planos para o próximo. A produção de leite não foge à regra e, por isso, é também o momento de a **Lacticoop** e os seus produtores procederem à **programação anual das entregas de leite para 2026**.

Contudo, nas unidades de produção, cresce uma preocupação legítima: a **presença e disseminação do surto de Língua Azul** nos bovinos e, mais recentemente, o **surgimento de casos de Dermatose Nodular Contagiosa (DNC)** em Espanha.

O primeiro foco de DNC em território espanhol foi identificado na região da **Catalunha**, onde as autoridades regionais reagiram prontamente, implementando um plano rigoroso de vigilância sanitária. Os animais infetados foram abatidos, a zona

afetada foi delimitada e foram impostas restrições à circulação de animais, numa tentativa de conter o avanço do vírus. Medidas semelhantes têm sido adotadas noutros países da União Europeia — como a **França**, com **67 focos identificados**, e a **Itália**, com **47** —, o que demonstra tratar-se de uma ameaça real à saúde animal e, por extensão, à estabilidade do setor.

A **Lacticoop**, por intermédio dos seus técnicos, prestará todo o **aconselhamento e apoio técnico** aos produtores, incentivando a **implementação de medidas preventivas** e de **boas práticas sanitárias** que contribuam para travar a disseminação destas doenças.

Deixo também um **alerta a todos os criadores, transportadores e agentes intervenientes na cadeia: é obrigatório reportar imediatamente** qualquer suspeita ou ocorrência de focos de Língua Azul ou de DNC aos **serviços regionais e locais da DGAV**. A rapidez na comunicação é essencial para garantir a eficácia das medidas de controlo.

Apesar dos constrangimentos que estas epizootias possam provocar nas explorações, a **Lacticoop** e a **Lactogal** tudo farão para que a **estabilidade do setor leiteiro** se mantenha durante o ano de **2026**, assegurando que o esforço e a dedicação dos produtores continuem a ser reconhecidos e valorizados.

Com responsabilidade, união e vigilância, o setor leiteiro português continuará a afirmar-se como um pilar essencial da produção agroalimentar europeia.



José de Jesus Oliveira Marques
(Presidente do Conselho de Administração)

Índice



Ficha Técnica

Coordenação

M. Fernandes da Silva

Redacção

Rua Almeida Garrett n.ºs 5 e 6

Apartado 92

3810-046 AVEIRO

Telef. 234 377 280

Fax 234 377 281

Email: geral@lacticoop.pt

Colaboraram neste número

Ana Rodrigues

Augusto Ferreira

Fernandes da Silva

Fernando Taveira

Jacinta Gil

Maria Inês Antunes

Mário Cupido

Paula Vinhas

Rui Pedro Fortunato

Depósito legal

217931/04

Design e composição gráfica

Criamagin

Impressão

Litoprint

Zona indust. 3 Marcos

Vale do Grou - Apartado 34

3754-908 Aguada Cima-

ÁGUEDA

Telef.: 234 600 330

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

750 exemplares

Recepção de anúncios

Todos os textos, publicidade e

imagens devem ser entregues

até ao dia 15 de cada Mês.

Em destaque nesta edição

Sustentabilidade e Inovação no Sector do Leite.....	5
Cryptomeria japonica - árvore navegante.....	8
6.ª Gala dos Prémios Empresariais do Desporto.....	10
Linha de Tesouraria PDR2020 - Investimento.....	11
A Lacticoop abriu a sua 5ª loja agro-rural "Terra a Terra" em Vouzela.....	12
IV reprogramação do PEPAC: síntese das medidas e impacto na modernização do sector.....	14
Dia Mundial do Leite.....	21
Importância do manuseio alimentar no período de transição.....	22
Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, crl.....	24
Sociedade Agro-Pecuária do Torrão, Lda.....	25
O Cantinho da Ti Aurora.....	27

Sustentabilidade e Inovação no Sector do Leite



Eng.ª Anabela Gomes
(Diretora da Sustentabilidade e
Qualidade Corporativa da Lactogal)

A Lactogal tem vindo a desenvolver uma estratégia de sustentabilidade integrada, que alia inovação, eficiência e responsabilidade social.

O sector agroalimentar tem vindo a enfrentar desafios crescentes relacionados com sustentabilidade, eficiência e inovação. Num contexto em que a produção de leite assume um papel central, muitas empresas procuram alinhar práticas agrícolas, industriais e comerciais com padrões ambientais e sociais cada vez mais exigentes.

Em entrevista à Executive Digest, Anabela Gomes, Quality, Environment & Sustainability director, aborda a estratégia da Lactogal para reforçar a sustentabilidade, detalhando programas, iniciativas e projectos que visam não só otimizar os recursos e proteger o meio ambiente, mas também fortalecer a competitividade e a confiança no leite português.

Como é que a Lactogal define a sua estratégia de sustentabilidade e quais as prioridades para este ano?

A Lactogal mantém como objectivo nutrir as famílias portuguesas de forma saudável e sustentável, valorizando a origem da matéria-prima – leite, promovendo o Bem-Estar Animal e protegendo o planeta. A sua estratégia de sustentabilidade assenta em três pilares:

- Origem consciente – garantindo qualidade e práticas agrícolas responsáveis
- Operações responsáveis – otimizando recursos e reduzindo impactos ambientais
- Valor gerado – adaptando-se a tendências de consumo e reforçando parcerias sociais

Para 2025, a empresa foca-se na implementação do Programa Garantia Lactogal, na expansão do projecto Cow Water, na ampliação de parcerias institucionais e na continuação de programas de impacto social, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Que importância tem o programa Garantia Lactogal para a sustentabilidade do sector do leite e no apoio aos produtores?

O Programa Garantia Lactogal é um instrumento estratégico para a sustentabilidade do sector. O programa distingue-se pelo modelo de

reconhecimento, oferecendo bónus aos produtores que adoptam práticas mais sustentáveis, incentivando investimento contínuo e aumentando a competitividade. Reforça ainda a comunicação com os consumidores, destacando o compromisso com a sustentabilidade e valorizando o leite português.

Como é que este programa contribui para a viabilidade económica das unidades produtivas leiteiras em Portugal assim como para o fortalecimento do sector a longo prazo?

O Programa Garantia Lactogal contribui ao associar incentivos financeiros ao desempenho em sustentabilidade, incentivando melhorias contínuas que aumentam a eficiência e reduzem custos. Ao reforçar a comunicação transparente com o consumidor, valoriza o leite nacional e promove um mercado mais estável, tornando o sector mais competitivo, robusto e preparado para os desafios futuros.





Uma das medidas anunciadas no início do ano foi o investimento de mais de oito milhões de euros. Que objetivos sustentam esta decisão e que impacto esperam gerar no sector e junto dos produtores?

O investimento de mais de oito milhões de euros por ano integra de forma permanente o suplemento pago aos produtores no âmbito do Programa Garantia Lactogal, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e valorização do seu trabalho.

Este apoio económico está condicionado a objetivos de Bem-Estar Animal, redução da pegada ambiental e preservação da biodiversidade, incentivando a adoção de boas práticas e a melhoria contínua das unidades produtivas leiteiras. A medida fortalece a competitividade do sector, assegura a robustez das unidades produtivas e aumenta a confiança do consumidor, valorizando o leite português a longo prazo.

Como é que esta iniciativa reflecte a vossa intenção de liderar a Agenda Mobilizadora para a Produção de Leite Sustentável em Portugal?

A Lactogal demonstra liderança nesta Agenda através dos seus três pilares estratégicos:

- Origem Consciente - promove Bem-Estar Animal, remuneração transparente e proteção ambiental via programa Planeta Leite
- Práticas Responsáveis - gestão eficiente de recursos, circularidade e inovação sustentável
- Valor Gerado - adaptação a novas tendências de consumo, promoção de produtos saudáveis e partilha de valor com a comunidade

Que impacto tem a certificação em bem-estar animal na produção e no reforço de confiança dos consumidores?

A certificação em Bem-Estar Animal garante condições adequadas de alimentação, conforto, saúde e expressão de comportamentos na-

turais, promovendo maior produtividade, qualidade do leite e eficiência económica. Para os consumidores, reforça transparência e confiança, valorizando o leite português como seguro, sustentável e de qualidade superior.

Como é que a utilização de embalagens eco-friendly tem ajudado a reduzir a pegada ambiental da Lactogal e a responder às expectativas dos consumidores?

A Lactogal tem reduzido o impacto ambiental usando embalagens eco-friendly: menos material, materiais reciclados, fornecedores locais e maior reciclabilidade. O papel provém de florestas certificadas ou reciclado, ajudando a preservar a biodiversidade. Estas medidas reduzem emissões e transmitem responsabilidade e transparência aos consumidores.

Que resultados já se verificaram com a adopção dos sistemas de reciclagem e reutilização de água?

Através do projeto Cow-Water, a Lactogal poupou quase 300 milhões de litros de água entre 2022 e 2024, economizando mais de 1,1 milhões de euros. Só em Oliveira de Azeméis, foram recuperados mais de 100 milhões de litros em 2024. A água tratada atinge qualidade comparável à farmacêutica, reutilizável de forma segura. O Cow-Water recebeu o Prémio Nacional de Sustentabilidade 2025 em Economia Circular.

Que outras iniciativas ou projectos estão em desenvolvimento?

- Expansão do Cow-Water para Modivas e Pronicol
- Investimento em energia renovável (biomassa, solar)
- Tecnologias inovadoras para reduzir resíduos
- Frota de passageiros já 100% elétrica, com eletrificação da frota de mercadorias a partir de 2025

Que papel têm a inovação, tecnologia e pesquisa na aceleração da sustentabilidade e da competitividade da Lactogal?

São fundamentais:

- Projetos como Cow-Water e Planeta Leite
- Inovações nutricionais (leites funcionais, alto valor proteico)
- Redução de açúcares sem edulcorantes
- Alinhamento com metas do Roteiro de Sustentabilidade 2030

De que forma a vossa estratégia de sustentabilidade tem evoluído ao longo do tempo?

O episódio em Modivas com eliminação de lamas reforçou a necessidade de maior transparência e envolvimento da comunidade. A Lactogal intensificou colaboração com autoridades e acelerou a expansão do Cow-Water para melhorar a gestão hídrica.

Quais os próximos passos para consolidar a liderança em sustentabilidade?

- Apoio ao sector primário, reforçando confiança de produtores e consumidores
- Expansão do Programa Garantia Lactogal e Planeta Leite
- Continuação da reutilização de água em fábricas
- Redução da pegada carbónica e monitorização ambiental
- Desenvolvimento de produtos mais saudáveis e tecnologias de precisão
- Comunicação transparente e colaboração científica

Ambiente: Entre 2022 e 2024, a Lactogal poupou quase 300 milhões de litros de água de captações subterâneas ou de abastecimento público.

Fonte:
Executive Digest



ALUGA-SE
Armazém polivalente

- 900 m² de área coberta e com logradouro.
- Área total do prédio: 2587 m²
- Contacto: 919 553 450



Cryptomeria Japonica – Árvore navegante



Mário Cupido

Já no século XIX navegou do Japão, onde nasceu, pelo Pacífico, atravessou o Índico e subiu o Atlântico para atracar na ilha de São Miguel, nos Açores como árvore ornamental.

Depressa se adaptou ao novo espaço, face à semelhança ao seu habitat de origem – solos em relevo, profundos e bem drenados e clima quente e húmido – tornando-se a essência florestal mais abundante no arquipélago (60% da floresta de produção).

No cavername leve e resistente de pequenos e ágeis botes, nos seus mastros, remos e cabos dos arpões, continuou a navegar entre as ilhas na caça do cachalote até 1986.

Hoje está cada vez mais identificada com as ilhas açorianas. É ela que lhes dá os diferentes tons de verde. Que forra o interior das casas com conforto, cor e aromas únicos.

Substituiu grande parte da vegetação natural, incluindo manchas importantes da Laurissilva que caracteriza

a Macaronésia. Ocupou baldios e compete com as pastagens enquanto a produção de leite sofre e o café é escasso. As cascas e folhas depositadas nos solos contrariam a erosão e controlam as enxurradas. Frequentemente utilizada nas cortinas de abrigo de povoações e explorações agropecuárias, aumenta as reservas de água fixando nas suas densas copas os nevoeiros e brumas marítimas.

A madeira de Cryptomeria já tem relevância na economia açoriana, gerando cerca de 1400 empregos e 12 milhões de euros. Superando as necessidades locais, a Administração Insular está a promover a exportação através de concursos públicos internacionais.

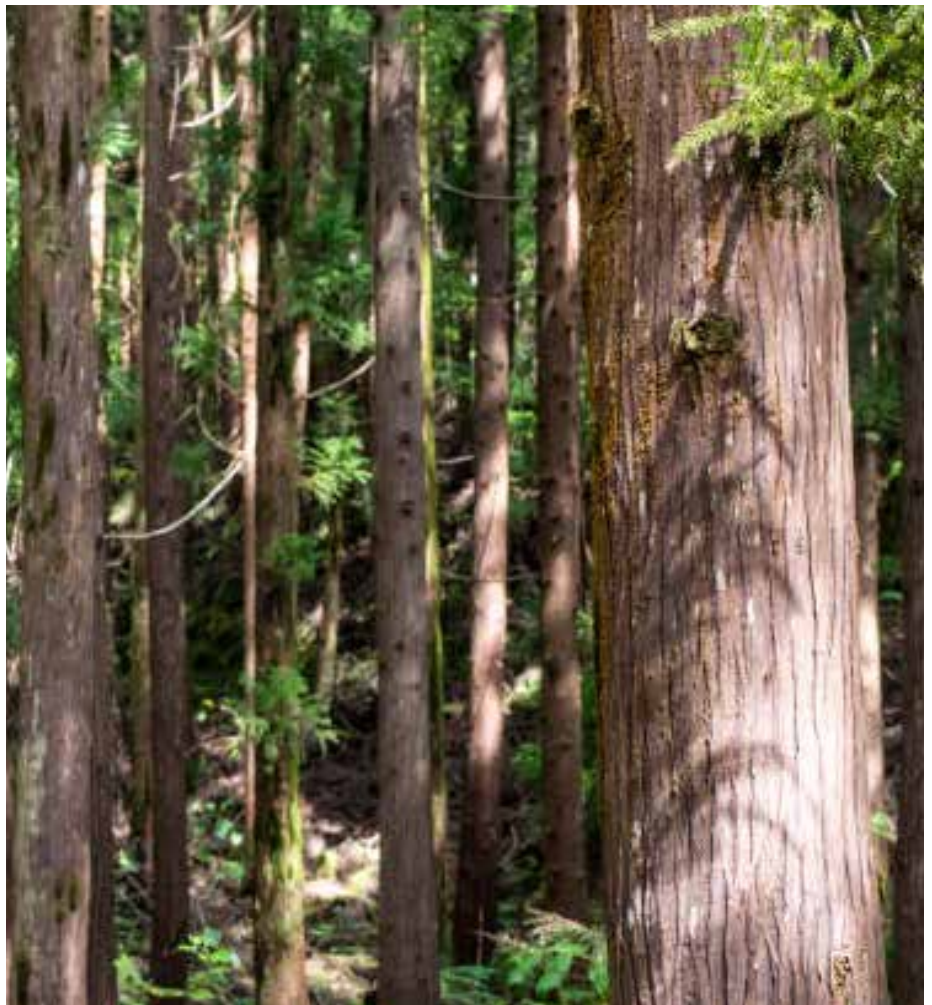
Mas agora continua a navegar com turistas em adornadas embarcações de observação de cetáceos e já em pranchas de surf. Talvez em breve retome a rota que a trouxe aos Açores, para voltar à origem e chegar ao sul da China em tábuas para construção e mobiliário.



A Cryptoméria é a árvore nacional do Japão. Vemo-la na ancestral alameda de Nikkō carregada de significado histórico, com mais de 65 km e plantada há mais de cinco séculos. Também a encontramos com frequência, isolada ou em pequenas matas, junto de templos e santuários shinto. Em 1993 a ilha japonesa Yakushima foi considerada património mundial da Unesco pela importante diversidade de espécies de plantas que alberga, nomeadamente velhas cryptomérias milenares.

A intensificação das plantações florestais de cryptomérias no Japão remontam ao século XVI, mas comprova-se que 3500 a.c. a madeira já era trabalhada. A sua textura, o grão fino e linear que a torna macia mas consistente e a perfeição do alinhamento dos veios, estão em sintonia com a filosofia de vida japonesa e faz hoje parte da sua cultura.

Mas foi a facilidade de se multiplicar, o seu crescimento rápido e a produção de fustes erectos, que a levaram a ser eleita, no Japão e nos Açores, para rapidamente repovoar as áreas desocupadas após a Segunda Guerra Mundial. Coincidências...



Nome científico: Cryptomeria japonica
Nomes vulgares: Cedro-japonês, Sugi, Araucaria-do-Japão
Família: Cupressaceae
Género: Cryptomeria

Características botânicas

Folhas: Perenes, inseridas em espiral nos ramos verticilados e ascendentes na extremidade, são lineares e semelhantes a agulhas de outras resinosas, de cor verde-azulada brilhante, 1 a 2 cm de comprimento e ligeiramente curvadas.

Flores: Como as coníferas em geral, não apresenta flores no sentido habitual. A mesma planta apresenta cones masculinos pequenos, alongados, de cor amarelada quando maduras que libertam pólen e outros femininos (espécie monoica) isoladas, ainda mais pequenos e esféricos que ao amadurecer se tornam lenhosos e maiores.

Frutos: Pequenas pinhas globulares com 1 a 2 cm de diâmetro e 20 a 40 escamas que quando secas se abrem para libertar numerosas sementes aguçadas.

Tronco: Direito, envolvido por casca acastanhada e fibrosa, pode atingir 70 metros de altura.

Perfil: Alta, esguia, de copa cónica com um verde permanente brilhante, percebe-se porque permanecem exemplares a ladear importantes templos e santuários shinto japoneses com muitas centenas de anos. O aspecto diverge entre as árvores cultivadas para produção de madeira em climas quentes e húmidos e solos férteis onde têm crescimento rápido e podem viver até 500 anos e as que se comportam como árvores de crescimento lento em climas temperados e solos pobres que podem durar milhares de anos.

Raíz: Relativamente frágeis e pouco profundas, frequentemente não suportam o peso das copas, principalmente em zonas ventosas e terrenos inclinados.

6.^a Gala dos Prémios Empresariais do Desporto

A Lactogal, através da Mimosa Proteína, voltou a marcar presença na 6.^a Gala dos Prémios Empresariais do Desporto, dando continuidade ao apoio ao talento nacional.

Organizada pela Fundação do Desporto, esta iniciativa tem como propósito reconhecer empresários, empresas e agentes desportivos que contribuem para o desenvolvimento do desporto em Portugal, promovendo valores como a superação, a coragem e a resiliência, princípios que também fazem parte do ADN da Lactogal.

Representada pelo Administrador, Eng.º Mário Nogueira, a Lactogal entregou o **Prémio Talento Desportivo “Mimosa Proteína”** ao atleta **Isaac Nader**, reconhecendo o seu percurso de excelência e a conquista do título de campeão mundial dos 1500 metros, em Tóquio.

Isaac Nader, meio-fundista português, sagrou-se recentemente Campeão Mundial dos 1500 metros, em Tóquio, um feito extraordinário numa das disciplinas mais exigentes do atletismo, que o coloca na história da modalidade.

Para além das suas conquistas desportivas, o Isaac tem-se destacado



como embaixador do desporto nas escolas, promovendo junto dos jovens valores de disciplina, coragem e resiliência, ao mesmo tempo que sensibiliza para a importância de uma nutrição adequada.

Através da Mimosa, esta participação reforça a ligação da Lactogal ao universo desportivo, valorizando a importância da nutrição no desempenho e apoiando atletas que inspiram a superação diária, num compromisso que alia nutrição e performance.

Na Lactogal acreditamos que o talento cresce também com uma boa alimentação, e é por isso que estamos cá para o apoiar!

Linha de Tesouraria PDR2020 – Investimento



Paula Vinhas

“A Portaria n.º 277/2025, da responsabilidade dos ministérios das Finanças e Agricultura, cria uma linha de crédito com juros bonificados, <<destinada a assegurar os meios financeiros que permitam fazer face ao desfasamento no pagamento dos apoios que só terão lugar a partir de 1 de janeiro de 2026, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC)>>”.

Esta Portaria “(...) que cria a «Linha de Tesouraria PDR2020 Investimento», a dinamizar pelo Banco Português de Fomento, uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores da produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas, promotores de projetos de investimento contratualizados com o IFAP ao abrigo do PDR2020, destinada a assegurar os meios financeiros que permitam fazer face ao desfasamento no pagamento dos apoios que só terão lugar a partir de 1 de janeiro de 2026, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC).”

Do referido diploma destacam-se os seguintes aspetos:

BENEFICIÁRIOS E CONDIÇÕES DE ACESSO:

Têm acesso à linha de crédito «Linha de Tesouraria PDR2020 - Investimento» as pessoas singulares ou coletivas que, à data de apresentação do pedido de crédito, satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam titulares de um projeto de investimento contratualizado com o IFAP, IP, no âmbito do PDR2020, nas medidas identificadas no anexo I à presente portaria, da qual faz parte integrante, com pedidos de pagamento validados e que aguardam liquidação;
- Desenvolvam a atividade em

- território continental;
- Estejam regularmente constituídas, no caso de pessoas coletivas, e com declaração de atividade registada na Autoridade Tributária e Aduaneira, no caso de pessoas singulares;
- Não se encontrem sujeitas a processo de insolvência, nem preencham os critérios, nos termos do direito nacional, para ficar sujeito a processo de insolvência, a pedido dos seus credores;
- Possuam certidão CASES atualizada ou título de reconhecimento válido, respetivamente, no caso dos operadores que tenham a forma de cooperativas agrícolas ou organizações e agrupamentos de produtores;
- Tenham a situação contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a segurança social;
- Tenham a situação regularizada, em matéria de restituições no âmbito dos fundos europeus;
- Estejam inscritas no Balcão dos Fundos;
- Possuam plafond de minimis para o montante do apoio a pagar.

MONTANTE INDIVIDUAL DO CRÉDITO E DO AUXÍLIO:

Os beneficiários devem apresentar uma candidatura por cada pedido de pagamento validado e não liquidado, não podendo o montante individual de crédito a conceder no âmbito da presente linha de crédito ultrapassar, em cada candidatura, o valor do apoio correspondente ao respetivo pedido de pagamento validado e não liquidado.

ACESSO À LINHA DE CRÉDITO:

O acesso à presente linha de crédito é feito mediante candidatura apresentada junto das instituições de crédito ou demais instituições habilitadas por lei à concessão

de crédito, no prazo e nos termos para o efeito fixados pelo Banco Português de Fomento.

TIPOLOGIA DO CRÉDITO:

O crédito é concedido sob a forma de empréstimo reembolsável.

CONDIÇÕES FINANCEIRAS E DURAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS:

- Os empréstimos são concedidos pelo prazo máximo de um ano, a contar da data da celebração do contrato de empréstimo.
- O reembolso ocorre de uma só vez, na data da liquidação pelo IFAP, IP, do apoio cofinanciado pelo FEADER, correspondente ao pedido de pagamento que originou a concessão de crédito, devendo a liquidação dos apoios por parte do IFAP, IP, ocorrer antes da data de fim do respetivo contrato de crédito.
- A utilização do empréstimo é realizada após a celebração do contrato de mútuo, numa única utilização que não ultrapasse 31 de dezembro de 2025.

Legislação:

Portaria n.º 277/2025/1, de 5 de agosto

Fonte:

<https://www.cap.pt/noticias-cap/politica-agricola/publicada-linha-de-credito-tesouraria-pdr2020-investimento>

A Lacticoop abriu a sua 5ª loja agro-rural “Terra a Terra” em Vouzela



M. Fernandes da Silva

No passado dia 18 de agosto a Lacticoop abriu ao público a sua 5ª Loja Agro-Rural “Terra A Terra”. Este novo espaço comercial é o resultado de uma parceria estabelecida com a Cooperativa Agrícola de Vouzela, que tem por objetivo reforçar a presença da Lacticoop e da Cooperativa de Vouzela junto dos agricultores do município de Vouzela e concelhos limítrofes.

Presidiram à cerimónia inaugural os Senhores Presidente da Câmara Municipal de Vouzela Carlos Oliveira, Presidente da Lacticoop José Marques e Presidente da Cooperativa Agrícola de Vouzela Manuel Joaquim. Estiveram ainda presentes o Presidente da União de Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues, José Lino Tavares, agricultores e alguns fornecedores, assim como outros dirigentes e colaboradores da Lacticoop e da Cooperativa de Vouzela.

Em breves palavras de circunstância o Presidente da Lacticoop começou por agradecer a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vouzela na cerimónia de abertura da nova Loja Terra A Terra, afirmando também que a Lacticoop ao longo da sua história sempre apoiou as suas Cooperativas Associadas no desenvolvimento de projetos que visem fortalecer a ligação dos agricultores às suas organizações cooperativas.

No concelho de Vouzela a produção de leite de vaca já não tem a mesma importância económica que teve anteriormente, mas as pessoas continuam a existir e necessitam que lhes sejam dadas condições para poderem continuar a tomar conta do seu território, através do desenvolvimento de múltiplas atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias, que lhes permitam uma remuneração justa daquilo que produzem.

O Presidente da Lacticoop fez ainda um elogio ao trabalho desenvolvido pelo Presidente da Cooperativa Agrícola de Vouzela e a forma empenhada como ao longo dos anos tem defendido de uma forma honesta os interesses da Cooperativa e dos seus associados. Esta Loja é mais um bom exemplo do seu esforço e trabalho para ajudar a criar uma estrutura com capacidade para servir melhor os seus associados e população local em geral.

O Presidente da Câmara Municipal de Vouzela Carlos Oliveira começou por agradecer o convite para estar presente neste momento singelo mas que tem um significado especial para o município. Agradeceu à Lacticoop o facto de ter acreditado e investido neste projeto que vai servir melhor a população e aumentar a oferta desde os fatores de produção, ferramentas e pequenas máquinas agrícolas, jardinagem e alimentação animal. Realçou também colaboração e parcerias estabelecidas com a Cooperativa desde há longos anos, tendo em vista a promoção e valorização do

setor primário no concelho de Vouzela, nomeadamente através realização do Concurso Pecuário Anual de Bovinos das Raças Arouquesa e Mirandesa e de Caprinos, que levam a efeito no mês de agosto integrado no programa das Festas do Castelo.

Depois do momento simbólico de abertura da porta da Loja, seguiu-se uma breve visita ao interior da mesma, devidamente organizada e completamente recheada de uma vasta gama de produtos destinados aos mais diversos fins. Para além da venda de produtos de elevada qualidade a Lacticoop presta o serviço de aconselhamento técnico especializado de proximidade aos seus clientes, que a diferencia dos seus concorrentes no mercado.

No final da visita houve uma degustação de alguns produtos lácteos e outros, com a presença das entidades convidadas, nomeadamente fornecedores e agricultores que fizeram questão de testemunhar a abertura da Loja.





IV reprogramação do PEPAC: síntese das medidas e impacto na modernização do sector



Augusto Ferreira
(Confagri)

A Apesar de ser importante de forma a que as intervenções relacionadas com os apoios diretos estejam disponíveis até ao final do ano, permitindo aos agricultores conhecer atempadamente as condições de acesso às candidaturas para 2026, a discussão não se deve esgotar no primeiro pilar, nem esse calendário pode ser um fator de pressão para evitar uma reflexão aprofundada sobre o futuro do PEPAC em matéria de investimento, tendo em conta a situação calamitosa em que este se encontra.

Apresenta-se seguidamente uma síntese das principais propostas da IV reprogramação, para cada um dos eixos do PEPAC.

EIXO A

RENDIMENTO E SUSTENTABILIDADE - Síntese das propostas de alteração no âmbito da IV reprogramação do PEPAC

No Eixo A, do PEPAC Portugal, relativo ao “Rendimento e Sustentabilidade” e onde estão englobadas as intervenções que visam garantir a sustentabilidade económica das explorações agrícolas e a manutenção do rendimento dos agricultores são apresentadas propostas, para o ano 2026 e 2027, que aumentam nos Pagamentos Diretos Dissociados e Pagamentos Diretos Associados as bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo de 15% para 25%. Esta alteração, visa permitir o aumento da flexibilidade para a reafectação de verbas, a fim de evitar a subutilização de fundos e, ao facto de a partir de 2026 os pagamentos dissociados deixarem de ser aplicados ao abrigo de um regime de direitos ao pagamento, podendo a variação entre o valor máximo e mínimo acomodar as variações nas candidaturas.



Encontra-se em discussão a proposta da IV reprogramação do Plano Estratégico da PAC, que abrange medidas do primeiro pilar, sobretudo acertos técnicos, e também as intervenções do II pilar, relativas ao Desenvolvimento Rural, que inclui não só as medidas de ambiente e clima, como também o investimento, o conhecimento e a organização da produção, entre outros.

Relativamente às medidas A.1.1- Apoio ao rendimento base, A.1.2.1- Pagamento vaca em aleitamento, A.1.2.2 - Pagamento aos pequenos ruminantes e A.1.2.3 - Pagamento leite de vaca, as alterações previstas podem ser observadas nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 respetivamente.

A.1.2.4 - Pagamento ao arroz

Para o ano 2026 e seguinte, é proposto o desenvolvimento da prática da regeneração produtiva dos arrozais, que visa promover:

- Sustentabilidade ambiental e económica (redução do uso de herbicidas e preservação dos ecossistemas locais);
- Melhoria da produtividade e qualidade (a regeneração natural promove a melhoria da fertilidade do solo, permitindo recuperar nutrientes, melhorar a estrutura do solo e reduzir a incidência de pragas e doenças;
- Promoção da biodiversidade (no período de regeneração é possível o desenvolvimento de diferentes

TABELA 1	A.1.1 - Apoio ao rendimento base		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028
ANO CIVIL	2025	2026	2027
Montante unitário previsto (EUR)	111,87	107,96	97,26
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	95,09	80,97	72,945
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	128,65	134,95	121,575
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	3.119.727,03	3.233.270,63	3.125.122,70
Dotação (Superfície*Montante)	349.003.862,85	349.063.897,21	303.949.433,80

TABELA 2	A.1.2.1 - Pagamento vaca em aleitamento		
Montante unitário previsto (EUR)	103,00	103,00	103,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	87,55	77,25	77,25
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	118,45	128,75	128,75
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	495.100,00	495.100,00	436.970,00
Dotação (Superfície*Montante)	50.995.300,00	50.995.300,00	45.007.910,00

TABELA 3	A.1.2.2 - Pagamento aos pequenos ruminantes		
Montante unitário previsto (EUR)	21,00	21,00	21,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	17,85	15,75	15,75
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	24,15	26,25	26,25
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	1.828.000,00	1.828.000,00	1.697.779,00
Dotação (Superfície*Montante)	38.388.000,00	38.388.000,00	35.653.359,00

TABELA 4	A.1.2.3 - Pagamento leite de vaca		
Montante unitário previsto (EUR)	113,00	113,00	113,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	96,05	84,75	84,75
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	129,95	141,25	141,25
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	150.500,00	150.500,00	132.767,00
Dotação (Superfície*Montante)	17.006.500,00	17.006.500,00	15.002.671,00

TABELA 5	A.1.2.4 - Pagamento ao arroz		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028
ANO CIVIL	2025	2026	2027
Montante unitário previsto (EUR)	387,00	387,00	387,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	328,95	290,25	290,25
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	445,05	483,75	483,75
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	31.000,00	31.000,00	27.365,00
Dotação (Superfície*Montante)	11.997.000,00	11.997.000,00	10.590.255,00

espécies de flora e fauna que aumentem a biodiversidade local e melhorem o controlo natural de pragas;

- Adaptação às restrições de herbicidas (solução sustentável para controlar ervas daninhas de maneira eficaz).

O mesmo montante unitário indicativo é pago para a prática da regeneração produtiva dos arrozais, sendo pago anualmente em função do número de hectares elegíveis de parcelas sistematizadas para a cultura do arroz, até ao limite de 30% do total desses hectares candidatos no Pedido Único do ano em causa.

A elegibilidade das superfícies para a prática da regeneração produtiva dos arrozais está condicionada a:

- As superfícies que, no período compreendido nos três anos anteriores ao ano de candidatura tenham sido totalmente semeadas ou plantadas com arroz durante dois anos consecutivos, podem por motivos sanitários ser colocadas em pousio para regeneração da sua capacidade produtiva.
- As superfícies em pousio sanitário deverão ser sujeitas à prática da sementeira falsa, sendo interdito o recurso a luta química.
- A adoção da prática da regeneração produtiva dos arrozais é voluntária e encontra-se limitada a 30% da superfície elegível ao Pagamento ao arroz candidata no Pedido Único do ano em causa. (Ver Tabela 5)

“Os apoios no domínio da ‘Equidade’ visam reforçar o contributo da pequena agricultura para a gestão do território e a ocupação equilibrada do espaço rural.”

TABELA 6		A.1.2.5 - Pagamento ao tomate para indústria		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028	
ANO CIVIL	2025	2026	2027	
Montante unitário previsto (EUR)	360,00	360,00	360,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	306,00	270,00	270,00	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	414,00	450,00	450,00	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	14.250,00	14.250,00	12.564,00	
Dotação (Superfície*Montante)	5.130.000,00	5.130.000,00	4.523.040,00	

TABELA 7	A.1.2.6 - Pagamento às proteaginosas		
Montante unitário previsto (EUR)	65,00	65,00	65,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	55,25	48,75	48,75
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	74,75	81,25	81,25
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	15.000,00	15.000,00	13.577,00
Dotação (Superfície*Montante)	975.000,00	975.000,00	882.505,00

TABELA 8	A.1.2.7 - Pagamento aos cereais praganosos		
Montante unitário previsto (EUR)	104,00	104,00	104,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	88,40	78,00	78,00
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	119,60	130,00	130,00
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	25.000,00	25.000,00	22.063,00
Dotação (Superfície*Montante)	2.600.000,00	2.600.000,00	2.294.552,00

TABELA 9		A.1.2.8 - Pagamento ao milho grão		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028	
ANO CIVIL	2025	2026	2027	
Montante unitário previsto (EUR)	200,00	275,00	275,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	170,00	206,25	206,25	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	250,00	343,75	343,75	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	51.500,00	40.000,00	35.300,36	
Dotação (Superfície*Montante)	10.300.000,00	11.000.000,00	9.707.600,00	

TABELA 10		A.1.2.9 - Pagamento ao milho silagem		
Montante unitário previsto (EUR)	120,00	165,00	165,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	102,00	123,75	123,75	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	150,00	206,25	206,25	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	30.000,00	21.818,18	19.254,55	
Dotação (Superfície*Montante)	3.600.000,00	3.600.000,00	3.177.000,00	

No que respeita às medidas A.1.2.5 - Pagamento ao tomate para indústria, A.1.2.6 - Pagamento às proteaginosas e A.1.2.7 - Pagamento aos cereais praganosos, consulte as alterações previstas nas tabelas 6, 7 e 8 respetivamente.

A.1.2.8 - Pagamento ao milho grão

Para o ano 2026 e seguinte, é também proposto que o apoio associado ao milho grão seja fixado de forma indicativa em 275€/hectare, um aumento do montante unitário indicativo em 37,5%, anteriormente eram 200€/hectare, sendo pago anualmente em função do número de hectares elegíveis declarados pelo agricultor. (Ver Tabela 9)

A.1.2.9 - Pagamento ao milho silagem

Para o ano 2026 e seguinte, é também proposto que o montante unitário indicativo do pagamento ao milho silagem seja fixado em 165 €/hectare, um aumento do montante unitário indicativo em 37,5%, anteriormente eram 120 €/hectare sendo pago anualmente em função do número de hectares elegíveis declarados pelo agricultor.

É ainda proposto, para o ano 2026 e seguinte que, para além dos beneficiários com entregas de leite ou produtos lácteos comercializados através de Organização de Produtores Reconhecida, o apoio seja extensível aos beneficiários que comercializem a sua produção através de uma das Organizações de Produtores Reconhecida de carne. (Ver Tabela 10)

A.1.2.10 - Pagamento à multiplicação de sementes certificadas

Para o ano 2026 e seguinte, para além das alterações transversais a todo o eixo A, é ainda proposto que o nível de apoio seja majorado em 20% se a semente certificada for produzida em Modo de Produção Biológico. (Ver Tabela 11) No Eixo A estão também consignados os apoios no domínio da «Equidade», que visam reforçar o elevado contributo da pequena agricultura para a gestão do território e manutenção de uma ocupação territorial equilibrada, e o apoio redistributivo complementar que, por sua vez, visa proceder a uma redistribuição do apoio entre as explorações melhor dimensionadas e as explorações de pequena e média dimensão, de forma a tornar estas últimas mais resilientes.

Com o fim do regime de direitos de pagamento a partir de 31 de dezembro de 2025, nos anos de 2026 e 2027 todos os agricultores ativos que exerçam atividade agrícola em

TABELA 11		A.1.2.10 - Pagamento à multiplicação de sementes certificadas		
Montante unitário previsto (EUR)	125,00	125,00	125,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	106,25	93,75	93,75	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	143,75	181,25	181,25	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	4.000,00	4.000,00	3.530,00	
Dotação (Superfície*Montante)	500.000,00	500.000,00	441.250,00	

TABELA 12		A.2.1 - Pagamento aos pequenos agricultores		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028	
ANO CIVIL	2025	2026	2027	
Montante unitário previsto (EUR)	770,00	770,00	797,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	654,50	577,50	597,75	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	885,50	962,50	996,25	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	78.887,00	88.167,00	78.191,00	
Dotação (Superfície*Montante)	60.742.990,00	67.888.590,00	62.318.227,00	

TABELA 13		A.2.2 - Apoio redistributivo complementar		
Montante unitário previsto (EUR)	120,00	120,00	106,00	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	102,00	90,00	79,50	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	138,00	150,00	132,50	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	596.674,68	603.994,71	603.770,41	
Dotação (Superfície*Montante)	71.600.961,60	72.479.365,20	63.999.663,46	

TABELA 14		A.3.3.1 - Gestão do solo - Maneio da pastagem permanente		
ESCALÕES DE ÁREA E ENCABEÇAMENTO		MONTANTES DE APOIO (€/ha)		
ESCALÕES DE ÁREA	ENCABEÇAMENTO (CN/ha)			
Até 100 ha	0,2CN/ha a 0,75CN/ha	75 €/ha		
	0,75CN/ha a 1,5CN/ha	45 €/ha		
>= 100 ha	0,2CN/ha a 0,75CN/ha	30 €/ha		
	0,75CN/ha a 1,5CN/ha	18 €/ha		

TABELA 15		A.3.3.2 - Gestão do solo - Promoção da Fertilização Orgânica		
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028	
ANO CIVIL	2025	2026	2027	
Montante unitário previsto (EUR)	75,00	112,50	112,50	
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	75,00	112,50	112,50	
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	90,00	200,00	200,00	
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	30.000,00	20.000,00	17.655,08	
Dotação (Superfície*Montante)	2.250.000,00	2.250.000,00	1.986.196,50	

território continental que detenham superfícies elegíveis vão poder beneficiar de pagamentos diretos, o que poderá vir a introduzir alguma instabilidade no sistema.

A.2.1 - Pagamento aos pequenos agricultores

Tal como se encontra previsto, com o fim do regime de direitos de pagamento, nos anos de 2026 e 2027, poderão ser elegíveis ao Pagamento aos Pequenos Agricultores (PPA), os agricultores ativos que exerçam atividade agrícola em território continental com uma superfície elegível mínima de 0,5 hectares.

Pese embora o sistema de apoio por agricultor esteja modulado por escalões de hectares elegíveis e fixado de forma indicativa em:

- Até 1 hectare elegível – 500 €;
- Mais de 1 e até 2 hectares elegíveis – 850 €;
- Mais de 2 hectares elegíveis – 1050 €.

Em relação à variação mínima e máxima do montante unitário, é proposto para o ano 2026 e seguinte que a mesma seja estabelecida em 25%, o que face às perspetivas de adesão ao regime, em 2025 o número de candidatos esteve próximo dos 85.000 beneficiários, mesmo com a limitação do regime de direitos, perspetiva-se que este número poderá ser largamente suplantado em 2026, com efeitos no montante da ajuda por beneficiário. (Ver Tabela 12)

A.2.2 - Apoio redistributivo complementar

Pelos motivos enunciados anteriormente, designadamente, o fim do regime de direitos de pagamento, nos anos de 2026 e 2027, poderemos vir a assistir a um aumento significativo do número de potenciais beneficiários do Apoio Redistributivo Complementar (ARC), fazendo com que o mesmo não cumpra o “nobre” objetivo de redistribuição de apoios entre as explorações mais bem dimensionadas e as explorações de pequena e média dimensão de forma a tornar estas últimas mais resilientes, pela previsão do pagamento pelo valor mínimo. (Ver Tabela 13)

Os apoios no âmbito do domínio A.3 – Ecorregimes, focado nas medidas que promovem práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a gestão do solo, o bem-estar animal e práticas promotoras da biodiversidade, também são objeto de algumas alterações conforme se detalham seguidamente.

TABELA 16 A.3.3.5 - Bem-estar animal e Uso Racional de Antimicrobianos			
Montante unitário previsto (EUR) - BEA	24,00	24,00	24,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR) - BEA	20,00	20,00	20,00
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR) - BEA	25,00	25,00	25,00
Montante unitário previsto (EUR) - URA1	24,00	24,00	24,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR) - URA1	22,00	22,00	22,00
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR) - URA1	25,00	25,00	25,00
Montante unitário previsto (EUR) - URA2	29,00	29,00	29,00
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR) - URA2	27,00	27,00	27,00
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR) - URA2	30,00	30,00	30,00
Estimativa de cabeças candidatas (unidade: Cabeças)	227.273,00	227.273,00	200.626,00
Dotação (Cabeças*Montante)	10.000.000,00	10.000.000,00	8.827.539,69

TABELA 17 A.3.6 - Práticas promotoras da biodiversidade			
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2026	2027	2028
ANO CIVIL	2025	2026	2027
Montante unitário previsto (EUR)	44,80	44,80	44,80
Montante mínimo do Montante unitário previsto (EUR)	33,00	31,36	31,36
Montante máximo do Montante unitário previsto (EUR)	56,00	58,24	58,24
Estimativa de superfície candidata (unidade: Hectares)	1.250.000,00	1.250.000,00	1.103.442,46
Dotação (Superfície*Montante)	56.000.000,00	56.000.000,00	49.434.222,21

A.3.3.1 - Gestão do solo

- Maneio da pastagem permanente

É proposto que quando se verificarem situações de epizootia, tal como já previsto para as situações de seca extrema ou severa, reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, o valor do encabeçamento passe para um mínimo de 0,1 CN por hectare. (Ver Tabela 14)

A.3.3.2 - Gestão do solo

- Promoção da Fertilização Orgânica

É proposto que o montante indicativo de apoio por hectare com valorização agrícola de efluentes pecuários passe para 112,50€, ao invés dos atuais 75€. É igualmente proposto que o montante máximo possa atingir os 200€ por hectare com valorização agrícola. (Ver Tabela 15)

A.3.3.5 - Bem-estar animal e Uso Racional de Antimicrobianos

É proposta uma simplificação administrativa, com a supressão dos montantes unitários combinados. Não existia vantagem na conjugação dos montantes unitários de duas tipologias distintas, com critérios de elegibilidade e compromissos próprios, incluindo quadro sancionatório distinto. (Ver Tabela 16)

A.3.6 - Práticas promotoras da biodiversidade

É proposto aumentar as bandas dos montantes unitários mínimo e máximo face ao montante unitário indicativo de 25% para 30%. Está ainda prevista a possibilidade, para o ano 2026 e seguinte, de inclusão de novos elementos de interesse ecológico, com atualização da listagem. (Ver Tabela 17)

“Com o fim do regime de direitos de pagamento a partir de 31 de dezembro de 2025, todos os agricultores ativos com superfícies elegíveis poderão vir a beneficiar de pagamentos diretos.”

EIXO B

ABORDAGEM SECTORIAL INTEGRADA - Síntese das propostas de alteração no âmbito do IV reprogramação do PEPAC

No âmbito do domínio B1 - Programa Nacional para Apoio ao Sector da Fruta e dos Produtos Hortícolas, são propostas algumas alterações às regras nacionais complementares no sentido de serem previstos pagamentos em forma de custos unitários em algumas intervenções dos Programas Operacionais das Frutas e Hortícolas, com o intuito de simplificação dos procedimentos. Possibilidade de novas tipologias de

despesas em algumas intervenções, no sentido de poderem contribuir para a percentagem de despesas ligadas aos objetivos ambientais, climáticos e de Investigação & Desenvolvimento.

No domínio B2 - Programa Nacional para Apoio ao Sector da Apicultura, é proposto alargar a ação B.2.3 - Combate à Vespa Velutina a apicultores individuais membros de uma OP, Associação ou Cooperativa. Nesta ação, pretende-se ainda, para os beneficiários apicultores membros de uma associação, no caso da ação combate à Vespa Velutina, que as despesas elegíveis de equipamentos de combate terão um nível de apoio de 70%, que pode chegar aos 90%, com um nível máximo por apicultor de 2.000€.

Na ação B.2.7 - Apoio a projetos de investigação aplicada, permitir que os Organismos públicos ou instituições de ensino superior que disponham de centros de investigação aplicada assumam a qualidade de entidade gestora da parceria com uniões, federações e/ou organizações de apicultores.

No domínio B3 - Programa Nacional para Apoio ao Sector da Viticultura, na ação B.3.2 - Promoção e Comunicação em Países Terceiros, para os exercícios financeiros de 2025 e 2026, será feita uma adaptação das ações previstas. No caso do exercício de 2025, a dotação financeira não é alterada. Já no exercício de 2026, é revisto o número de ações a realizar e reduzido o montante financeiro

afeto em 4 milhões de euros que passam a ser considerados como reforço da Intervenção sectorial VITIS Convencional, no exercício financeiro de 2026.

Nas ações B.3.3 e B.3.4 – VITIS Biológico e VITIS Convencional, é proposta uma revisão da programação financeira para os exercícios de 2026 e 2027, para adaptação à procura demonstrada no Aviso da campanha 2025/2026, com dotação fixada após reforço em 90.000.000€.

Na ação B.3.5 – Seguros, propõe-se o reforço da dotação financeira inscrita no exercício financeiro de 2025, passando de 4.500.000€ para 8.000.000€, reforço que visa permitir a acumulação de pagamentos da campanha de seguros em 2024, concretizados no exercício financeiro de 2025, com os pagamentos previstos para a campanha de 2025.

Na ação B.3.7 – Colheita em Verde, é proposta a supressão da dotação financeira inscrita no exercício

financeiro de 2025, o que significa a não operacionalização da intervenção; e redução da dotação financeira dos exercícios de 2026 e 2027, para um valor indicativo para possibilitar o acionamento da intervenção, na eventualidade da situação sectorial o justificar.

EIXO C

DESENVOLVIMENTO RURAL – Síntese das propostas de alteração no âmbito da IV re-programação do PEPAC

Apresentam-se as principais alterações no domínio C1 - Gestão Ambiental e Climática, com destaque para as seguintes intervenções:

C.1.1.2.1.1 - Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado de sobro, azinho ou carvalho negral, com opção de proteção da regeneração natural

É proposto um reforço da Majoração

no caso de porcos em regime de montanha de 25% para 50% do montante total.

É ainda proposto um reforço do nível de apoio nos dois compromissos opcionais, «Regeneração do montado» e «Utilização de corta-mato no montado», por ajustamento dos escalões, passando os mesmos a serem os constantes na tabela 18.

C.1.1.4 - Manutenção de Raças Autóctones

É proposto que a majoração existente para os bovinos e equídeos, no caso dos efetivos reprodutores terem dimensão inferior ou igual a 10 CN, em que as fêmeas reprodutoras recebem o dobro do apoio no ano em que sejam inscritas no livro de nascimentos as respetivas primeiras crias, independentemente de pastorearem áreas de baldio, seja extensível a fêmeas primíparas dos suínos, ovinos e caprinos autóctones classificados com o grau de ameaça «Rara», recebendo o dobro do apoio no ano em que sejam inscritas no livro de nascimentos as respetivas primeiras crias, independentemente de pastorearem áreas de baldio. (Ver Tabela 19).

C.1.1.7 - Produção integrada (PRODI) - Culturas agrícolas

É proposto transferir a densidade das culturas permanentes de condições de acesso para compromisso.

É ainda proposta a possibilidade da prática da regeneração produtiva dos arrozais:

Prática da regeneração produtiva dos arrozais:

- O montante indicativo do pagamento para a prática da regeneração produtiva dos arrozais é igual ao montante do grupo de pagamento do arroz, sendo pago anualmente em função do número de hectares elegíveis, até ao limite de 30% da superfície elegível ao Pagamento ao arroz candidata no Pedido Único do ano em causa, estando sujeitas à prática da sementeira falsa, e sendo interdito o recurso a luta química.
- Apenas são elegíveis as superfícies que, no período compreendido nos três anos anteriores ao ano de candidatura tenham sido totalmente semeadas ou plantadas com arroz durante dois anos consecutivos.

C.1.1.8 - Agricultura biológica (Conversão e Manutenção)

É proposto transferir a densidade das culturas permanentes de condições de acesso para compromisso.

É ainda proposta a possibilidade da prática da regeneração produtiva dos arrozais: Prática da regeneração produtiva dos arrozais:

TABELA 18 C.1.1.2.1.1 Apoio à manutenção de sistemas agro-silvo-pastoris sob montado de sobro, azinho ou carvalho negral, com opção de proteção da regeneração natural

COMPROMISSOS E ESCALÕES		MONTANTES DE APOIO (€/ha)
COMPROMISSO OPCIONAL	ESCALÃO	
Regeneração do montado (aplica-se apenas às superfícies sob compromisso opcional)	1º Escalão: até 20 ha	75 €/ha
	2º Escalão: > 20 ha (é anulado o escalão 40 a 100 ha)	24 €/ha
Utilização de corta-mato no montado (aplica-se apenas às superfícies sob compromisso opcional)	1º Escalão: até 20 ha	30 €/ha
	2º Escalão: > 20 ha até 40 ha	18 €/ha
	3º Escalão: > 40 ha (são suprimidos os escalões 40 a 100 ha e >100 ha)	10 €/ha

TABELA 19 Montantes unitários indicativo (€/CN) por tipo de nível de ameaça de cada raça

NÍVEL DE AMEAÇA	Montante unitário (€/CN)	Montante unitário quando o pastoreio é efetuado em áreas de baldio (€/ CN)	Montante unitário para fêmeas reprodutoras quando efetivo reprodutor tem dimensão inferior ou igual a 10CN, no ano em que sejam inscritas no livro de nascimentos as respetivas primeiras crias (€/CN)
Rara	250	325	500
Em risco	160	208	320

NÍVEL DE AMEAÇA	ESPÉCIE	RAÇA
Rara	Suína	Bísara, Malhado de Alcobaça e Alentejana
Rara	Ovina	Churra Algarvia, Churra do Campo, Churra Galega Bragançana P, Churra Mondegueira, Churra Badana e Saloia
Rara	Caprina	Preta Montesinho, Algarvia e Charnequeira

- O montante indicativo do pagamento para a prática da regeneração produtiva dos arrozais é igual ao montante do grupo de pagamento do arroz, sendo pago anualmente em função do número de hectares elegíveis, até ao limite de 30% da superfície elegível ao Pagamento ao arroz candidata no Pedido Único do ano em causa, estando sujeitas à prática da sementeira falsa, e sendo interdito o recurso a luta química.
- Apenas são elegíveis as superfícies que, no período compreendido nos três anos anteriores ao ano de candidatura tenham sido totalmente semeadas ou plantadas com arroz durante dois anos consecutivos.

Relativamente a outras importantes áreas do Desenvolvimento Rural, como sejam o domínio C2 - Investimento e Rejuvenescimento, C3 - Sustentabilidade das Zonas Rurais e C4 - Risco e Organização da Produção destacam-se as seguintes propostas:

- Permitir a transição de projetos aprovados no PDR2020 e não totalmente executados, para o PEPAC para as intervenções C.2.1.1 - Investimento Produtivo Agrícola - Modernização, C.2.2.1 - Prémio instalação Jovens Agricultores, C.2.2.2 - Investimento produtivo Jovens Agricultores; C.3.1.1 - Investimento produtivo bioeconomia - Modernização;
- Ajuste do plano financeiro às previsões de execução para o ano de 2025, com atualização da repartição anual da dotação para as intervenções: C.2.1.3 - Investimentos Não Produtivos, C.2.1.4 - Investimento produtivo agrícola - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por instrumento financeiro; C.2.2.2 - Investimento produtivo Jovens Agricultores; C.2.2.3 - Investimento produtivo de jovens agricultores apoiado por instrumento financeiro; C.3.1.3 - Investimento produtivo na bioeconomia - Modernização e melhoria do desempenho ambiental apoiado por instrumento financeiro e C.4.1.2 - Prevenção de calamidades e catástrofes naturais;
- Alteração das Condições de elegibilidade, designadamente na C.4.1.3 - Restabelecimento do potencial produtivo, afim de clarificar a elegibilidade do restabelecimento do potencial produtivo para o caso de doenças que afetam culturas permanentes devidamente reconhecidas, como o Fogo bacteriano.

A finalizar, e relativamente ao investimento importa ter em consideração as alterações acima propostas, o quadro previsional de abertura de avisos PEPAC até ao final de 2025, e também a necessidade de reforço de dotação dos avisos já concluídos que, previsionalmente, ascenderão a 116 milhões de euros, o que irá fazer com que o PEPAC no Continente, no final do ano de 2025 tenha, segundo a Autoridade de Gestão do PEPAC para o Continente, atingido uma taxa de compromisso de 104%. Ou seja, o investimento no PEPAC acabou, praticamente antes de começar. Razão

pela qual, a CONFAGRI, emitiu parecer negativo à proposta da 4.ª Reprogramação do PEPAC, reafirmando a posição que já tinha assumido anteriormente, salientando que esta Reprogramação não responde aos desafios do sector agroalimentar e florestal, nem às expectativas legítimas dos agricultores e empresários que querem investir na modernização, sustentabilidade e competitividade da produção nacional.

“Tendo em consideração a taxa de compromisso prevista até ao final de 2025, o investimento no PEPAC acabou, praticamente antes de começar”

TABELA 20

Plano de abertura de avisos PEPAC

ANO 2025	SEMESTRE	DOTAÇÃO (milhões eur)
C.1.1.5 - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos (animais, vegetais e florestais)	2.º semestre	19
C.2.1.1 - Investimento Produtivo Agrícola - Modernização	2.º semestre	50
C.2.2.1 - Prémio instalação Jovens Agricultores	1.º semestre	22
C.2.2.2 - Investimento produtivo Jovens Agricultores	1.º semestre	50
C.3.1.1 - Investimento produtivo Bioeconomia - Modernização	2.º semestre	30
C.3.2.1 - Florestação de terras agrícolas e não agrícolas	1.º semestre	10
C.3.2.3 - Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	2.º semestre	8
C.3.2.4 - Restabelecimento do potencial silvícola na sequência de catástrofes naturais, de fenómenos climáticos adversos ou de acontecimentos catastróficos	1.º semestre	15
C.3.2.6 - Melhoria do valor económico das florestas	2.º semestre	5
C.3.2.8 - Prémio à perda de rendimento e à manutenção de investimentos florestais	2.º semestre	28
C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação	2.º semestre	11
C.5.2 - Formação e informação	2.º semestre	5
C.5.3 - Aconselhamento	1.º semestre	8
C.5.5 - Acompanhamento Técnico Especializado - Intercâmbio de conhecimento	2.º semestre	6
D.1.1.1 - DLBC - Desenvolvimento de estratégias	2.º semestre	42
D.1.1.2 - DLBC - Cooperação	2.º semestre	7
TOTAL (Previsão 2.º semestre)		211
TOTAL (Previsão ano 2025 completo - Sem reforços de dotação)		316

Dia Mundial do Leite Escolar

24 DE SETEMBRO DE 2025

ALIMENTA O TEU FUTURO

No passado dia 24 de setembro, celebrou-se o Dia Mundial do Leite Escolar, uma data cheia de significado e importância.

O Dia Mundial do Leite Escolar, instituído pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, tem como objetivo promover o consumo de leite junto da população escolar, reforçando o seu papel no crescimento e desenvolvimento das crianças.

A ALIP em parceria com ANIL e a FENALAC, comemoraram este dia

disponibilizando, aos Municípios e às Escolas, materiais didáticos que permitem a realização de atividades de forma criativa e alegre.

O leite é uma fonte poderosa de nutrientes, contribuindo para o desenvolvimento de corpos fortes e mentes espertas. Como parte da celebração convidámos as escolas a realizarem as atividades “Via Láctea do Leite Escolar” e “O Melhor Bigode de Leite”.

O tema deste ano “Alimenta o teu futuro” destaca o ciclo do leite, permitindo realçar a importância

da agricultura e da sustentabilidade ao mesmo tempo que promove a melhor nutrição, possibilitando compreender os diversos benefícios associados a uma alimentação adequada, na qual se inclui a toma de leite em idade escolar.

De acordo com as recomendações da Roda dos Alimentos, uma criança em idade escolar necessita de 3 porções de leite ou produtos lácteos por dia, sendo o pequeno-almoço e os lanches, ocasiões a privilegiar.



Importância do manejo alimentar no período de transição



Rui Pedro Fortunato
Médico veterinário

O período de transição define o período de tempo de 3 semanas antes do parto até 3 semanas depois do parto, que se caracteriza pela imunossupressão, diminuição do consumo de matéria seca, comprometimento do metabolismo hepático e presença de diversos factores de stress ambientais. Estima-se que 30 a 50% das vacas sejam afectadas por um problema metabólico neste período. Os problemas de saúde relacionados com o balanço energético negativo no período de transição associam-se claramente a um aumento de gastos económicos, diminuição da produção e menor rendimento produtivo das vacas leiteiras (Walsh et al., 2007). A etiologia da maioria dos transtornos do período de transição está directamente ou indirectamente associada ao balanço energético negativo (BEN) (Drackley et al., 2005). Cada vez é mais evidente que a cetose clínica e subclínica, assim como a lipidose hepática são factores subjacentes ao desenvolvimento de problemas no início de lactação (Bobe et al., 2004). A hipocalcémia subclínica é um factor de risco e pode influenciar indirectamente o consumo de alimento e a diminuição da motilidade do tracto gastrointestinal (Goff et al., 2006). Para o seguimento no campo, os melhores indicadores são a quantificação de problemas: percentagem de vacas que desenvolvem hipocalcémias, deslocamento de abomaso, metrites e retenções placentárias (Overton, 2011).

MANEIO ALIMENTAR

Para se ter sucesso no manejo alimentar do período de transição é fundamental conhecer as necessidades nutricionais das vacas. A nutrição é de uma importância vital para o êxito da transição. O excesso de condição corporal é o principal factor de risco, estas vacas têm menos apetite e fazem uma grande mobilização de gordura corporal

(Drackley et al., 2005).

Na maioria das vacarias o manejo das vacas secas é feito em dois lotes: lote das vacas secas, dos 60 aos 21 dias antes do parto e lote de pré-parto, com os animais dos 21 dias antes do parto. Mashek y Beed (2001) observaram que a incidência de problemas metabólicos era menor



quando a permanência no grupo pré-parto era de 21 dias. Esta estratégia assenta na monitorização do período seco, tendo como objectivo evitar o aumento da condição corporal através de uma restrição alimentar, facilmente provocada pela utilização de dietas ricas em fibra. A sobrealimentação no período seco, com consumo excessivo de energia, conduz a um maior nível de gordura no fígado depois do parto e aumenta a probabilidade de ocorrência de cetose (Douglas et al., 2006). As especificações nutricionais da dieta tipo para esta fase, 60 aos 21 dias antes do parto, são um teor de 13-14% de Proteína Bruta e de apenas 10-15% de amido, de modo a obter-se uma concentração energética de 0,65 UFL/kg MS.

Durante o período de pré-parto, final do período seco, há uma forte relação entre o consumo de alimento e o estado imunológico no pós-parto.

O factor mais importante, e que influencia o nível de triglicéridos no fígado no dia 1 pós-parto, é o consumo de energia entre o dia 28 e 1 antes do

parto. As especificações nutricionais da dieta tipo para esta fase são um teor de 13-14% de Proteína Bruta e de 25% de amido, de modo a obter-se uma concentração energética de 0,90 UFL/kg MS. Van Knegel et al. (2007) comprovaram que aumentando os nutrientes glucogénicos na dieta de transição (27% amido e 32% FND) de vacas multíparas, melhorava o BEN e diminuía a concentração plasmática de beta hidroxibutirato (BHB), mostrando um menor risco na ocorrência de doenças metabólicas.

O sistema de manejo em lote único de vacas secas nos últimos 60 dias antes do parto, promovendo o controlo de ingestão de energia (0,80UFL/kg MS), utilizando dietas de baixa energia durante o período

seco, pode ter êxito (Drackley et al., 2005), apresentando a vantagem de diminuir os deslocamentos de abomaso em consequência de um maior enchimento do rúmen (Janovick Guretzky et al., 2006). Utilizando como forragem a palha e a silagem de milho, que geralmente apresentam valores mais baixos de cálcio e potássio, estamos a favorecer a diferença anião-catião sem necessidade de adicionar misturas de sais aniônicos, e sem os seus inconvenientes, nomeadamente a redução da ingestão devido à fraca palatibilidade da dieta. Neste sistema de lote único elimina-se uma mudança de lote, diminuindo assim o efeito do stress social (Cook et al., 2007). Funciona em caso de explorações com período seco curto.

Os problemas habituais do manejo de todo o período seco em lote único estão relacionados com a própria natureza física das dietas. Normalmente incorporam 3 kg ou mais de palha, sendo importante prevenir a selecção do alimento. Picando a palha em troços de 5 a 7 cm e controlando e ajustando a humidade do alimento a 50-55%, conseguimos que o alimento concentrado adira à palha e que o animal seja incapaz de os seleccionar. Durante este período devemos assegurar um fornecimento ad libitum do alimento. Podemos verificar se a palha está bem picada utilizando o crivo de Penn State, devendo permanecer 1/3 da palha em cada um dos três tabuleiros.

A monitorização do consumo de matéria seca é o indicador mais simples e fiável de futuros problemas, mas normalmente não se efectua ou é errado devido às necessárias contagens de vacas, pois a constituição deste grupos varia todos os dias. Há que pesar o alimento que se oferece e as sobras, sendo recomendáveis sobras de 5%. Os objectivos de consumo de matéria seca são de 12 kg para as vacas Holstein múltiparas e 10 para as novilhas (Overton et al., 2008). No pós-parto as vacas comem uma ração específica com mais forragem e menos concentrado. Esta dieta não é adequada para vacas de 50 litros/dia. As vacas saudáveis devem estar neste tipo de dietas até aos 21 dias, se o fizermos mais tempo podemos estar a prejudicar o seu potencial leiteiro.

UTILIDADE DOS INDICADORES

Os melhores indicadores de BEN são os ácidos gordos não esterificados (AGNE) e BHB. Elevadas concentrações de AGNE

(> 0,65mM/L) durante a semana anterior ao parto podem indicar problemas como stress ambiental e diminuição de consumo de MS, o que predispõe as vacas a ter problemas em redor do parto. Níveis elevados de AGNE estão associados a aumento de retenções placentárias (Kaneene et al., 1997), aumento de deslocamentos de abomaso (Cameron et al., 1998), cetose (Oetzel, 2004) e aumento de metrites (Hammon et al., 2006).

Devemos fazer a supervisão do nível de energia; da dieta pré-parto e verificar o nível de ácidos gordos não esterificados em 10 a 12 vacas 2 a 10 dias antes do parto. O objectivo a atingir é de menos de 20% das vacas com mais de 0,65mM/L.

Medir o BHB, o corpo cetónico mais estável no sangue, é fundamental para o diagnóstico de cetose. A cetose subclínica define-se quando BHB > 1,2mM/L (Oetzel, 2004). O nosso objectivo é atingir menos de 10 % de vacas com cetose subclínica.

A cetose subclínica nas duas semanas seguintes ao parto está associada a um risco 4 a 8 vezes maior de deslocamento de abomaso (Duffield, 2000). A medição de BHB antes do parto é de pouca utilidade porque a sua concentração raramente começa a subir antes do parto. No entanto a medição de BHB durante as duas primeiras semanas seguintes ao parto é o melhor indicador de BEN.

Hipocalcémia

Podemos classificar as hipocalcémias como subclínicas (cálcio sérico entre 5,5 e 8 mg/dl) ou clínicas. A hipocalcémia subclínica associa-se a uma diminuição da função muscular lisa, da motilidade do rúmen e do abomaso, favorece o risco de deslocamento do abomaso (Goff, 2007); caracteriza-se pela diminuição do consumo de MS, aumento do risco de cetose e diminuição da função celular (Kimura et al., 2006). Estes amplos efeitos e menor funcionalidade da musculatura lisa do útero fazem que o rendimento reprodutivo seja afectado. A hipocalcémia avalia-se por análise de sangue nas primeiras 24H seguintes ao parto.

O nosso objectivo a atingir é diminuir as hipocalcémias para menos de 4%, os deslocamentos para menos de 4%, as retenções placentárias para menos de 8% e as metrites para menos de 20%.

Aditivos

A colina protegida demonstrou ser eficaz diminuindo a acumulação de gordura no fígado (Piepenbrink y Overton, 2003), aumentando a produção de leite Pinotti et al., 2003), particularmente em vacas gordas (Zahra et al., 2006).

A água, o nutriente mais importante e abundante pode limitar o sucesso do período de transição, se não se encontrar disponível em quantidade e qualidade.

Maneio de Lotes

As trocas de grupo implicam uma alteração no comportamento e um período e de elevada interacção, antes que se alcance um equilíbrio e nova hierarquia social. A vaca transferida tem cerca de 10 interações por hora, o dobro das vacas do resto do grupo (Brakel y Leis, 1976). O impacto social negativo dura de 3 a 7 dias, tempo em que a vaca demora a estabelecer o seu ritmo normal de comer, beber e descansar. No pré parto cada animal precisa como mínimo de 12 metros quadrados de cama quente, 0,70 cm de comedouro e 8 cm de bebedouro, no parque de secas as necessidades são de um cubículo por vaca e 60 cm de comedouro.

Se o espaço e o tamanho do rebanho assim o permitirem deve existir separação desde o pré parto até final de lactação entre vacas múltiparas e primíparas. As primíparas comem menos, mas mais vezes, são de menor tamanho e ocupam um lugar mais baixo na hierarquia, normalmente têm mais dificuldades no parto, mostram-se mais esgotadas e precisam de mais descanso.



Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, CRL



M. Fernandes da Silva

A Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, CRL, foi constituída em 20 de Setembro de 1977 e tem a sua sede em Vila Nova de Paiva. Foi admitida com associada da Lacticoop em 27 de junho de 1980, ampliando assim área de intervenção da Lacticoop na recolha de leite na Beira Alta.

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa é Carlos Dias Mota. O atual Presidente acompanhou todo o percurso realizado pela Cooperativa ao longo da sua história, na medida em que foi seu colaborador e gerente desde muito jovem até assumir a presidência da mesma.



Num curto depoimento para o Boletim Informativo o presidente da Cooperativa fez uma breve apresentação da mesma no contexto atual.

A área de intervenção da Cooperativa abrange os concelhos de Moimenta da Beira, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva. Conta neste momento com 2312 associados.

Atualmente a atividade mais relevante da Cooperativa é a Sanidade Animal, resultante de uma parceria estabelecida com a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

A Cooperativa dispõe ainda de um Balcão de atendimento protocolado com a Confagri, para dar apoio aos agricultores da região, nomeadamente na elaboração dos processos de candidatura anual às ajudas do Pedido Único.

A Cooperativa tem procurado adaptar-se à evolução dos setores agrícola e agro-pecuário da região em que se insere.

Atualmente ser agricultor a tempo inteiro nesta região de “super” minifúndio, não é apelativo. Por isso os mais “velhos” vão acabando e os mais novos procuram outras alternativas

para trabalhar e começam a ser poucos os jovens que optam pelo setor agrícola para fazerem dele a sua vida.

Há no entanto a registar a instalação de alguns jovens empresários em unidades de produção de mirtilos, framboesas, castanha, cogumelos, avicultura e cunicultura ou ainda na produção florestal de espécies autóctones como o carvalho e o castanheiro, beneficiando do apoio a projetos de investimento nas unidades de produção participados por fundos nacionais e comunitários ao abrigo dos programas específicos em vigor.

São cada vez mais notórios os efeitos negativos da redução da atividade agrícola nas regiões do interior. Neste verão os incêndios provocaram enormes prejuízos materiais e ambientais nos concelhos desta região onde outrora existiram muitas unidades de produção leiteira familiares que entregavam o leite à Cooperativa, que gradualmente foram encerrando, deixando ao abandono vastas áreas de terreno, que foram sendo povoadas por espécies vegetais selvagens, que nas épocas mais quentes se tornam autênticos barris de combustível para alimentar os incêndios que vão surgindo ciclicamente, maioritariamente de origem criminoso, que a par da vegetação espontânea consomem ou destroem também plantações como pomares, vinhas ou soutos para produção de castanha, atividades com bastante relevância económica e social nesta região.

Cabe aos agentes do poder político central, regional e local implementar medidas que possam contrariar o êxodo do mundo rural, através de incentivos robustos à fixação dos mais jovens.

A cooperativa e outras organizações de agricultores são também muito afetadas no desempenho das suas atividades económicas, mas continuam a ser os agentes do setor mais próximos dos agricultores.

A presença e acção da Lacticoop nesta região tem sido fundamental ao longo do tempo. Na recolha de leite criou regras e apoiou sempre tecnicamente os seus produtores para melhorarem a rentabilidade das suas unidades produtivas.

Nas instalações da Cooperativa foi instalada há alguns anos pela Lacticoop uma loja Agro-Rural “Terra A Terra”, que coloca à disposição dos agricultores todo o tipo de fatores

de produção para a agricultura e pecuária assim como ferramentas, pequenas máquinas agrícolas ou artigos para jardinagem.

A existência da Loja Terra A Terra em Vila Nova de Paiva permite aos agricultores do nosso concelho e concelhos limítrofes a aquisição dos fatores de produção que necessitam, com qualidade e a preços competitivos, beneficiando ainda do aconselhamento técnico de proximidade na procura das melhores soluções para satisfazer as suas necessidades.

No contexto mundial atual a agricultura nacional tem um papel fundamental para satisfazer as necessidades básicas para a alimentação da população. É urgente diminuir a nossa dependência de bens alimentares vindos do exterior, que em grande parte podem ser produzidos pelos nossos agricultores, se o mercado valorizar satisfatoriamente os bens produzidos, para além de contribuir para a redução da pegada carbónica decorrente do seu transporte.

O Conselho de Administração da Cooperativa do Alto Paiva, procurou fazer o melhor, no sentido de manter os principais serviços de apoio aos associados e agricultores em geral, dentro dos condicionamentos socioeconómicos que o mundo agrícola tem vindo a atravessar nos últimos anos. Para isso ser possível pôde contar com o apoio institucional da Lacticoop e um relacionamento de proximidade com a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

O futuro a Deus pertence. Mas se realmente a descentralização, de que tanto se fala, vier a ser implementada, acho que a “pastorícia” e a floresta nesta região podem ser uma realidade para alguns jovens que gostam da vida ao ar livre.

É preciso continuar a acreditar e não desistir.



Sociedade Agro-Pecuária do Torrão, Lda



Maria Inês Antunes

Nesta edição do Boletim Informativo dos Cooperantes da Lacticoop vamos dar a conhecer a Unidade de Produção de Leite, Sociedade Agro-Pecuária do Torrão Lda, localizada na região da Beira Interior.

Unidade de Produção: Sociedade Agro-Pecuária do Torrão, Lda
Sócios-Gerentes: Célio Lopes e Paulo Lopes

Formação Profissional: Jovens Empresários Agrícolas com várias formações na área.

Onde se situa a vossa Unidade de Produção?

A Unidade de Produção está localizada em Vidoínho, Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu.

Quantos animais têm em ordenha?

Atualmente temos cerca de 135 animais em ordenha, com uma frequência de duas ordenhas por dia, os quais produziram 1.257.617 litros de leite no ano de 2024 e teremos algum crescimento da produção de leite no ano de 2025.

Que raças têm na vossa Unidade de Produção?

Temos animais da raça Holstein-Frísia.

Quantos trabalhadores têm na vossa Unidade de Produção?

Trata-se de uma Unidade de Produção familiar, com 5 trabalhadores: dois irmãos, respetivas esposas e uma filha.

Há quanto tempo trabalham na indústria leiteira?

O nosso pai começou em 1986 e nós sempre o acompanhámos no trabalho da vacaria. Contudo, em 1996 começámos a trabalhar com ele e em 2003 abrimos a empresa, e temos conseguido crescer de uma forma gradual e sustentada.

Como caracterizam a vossa Unidade de Produção? E quais os vossos principais objetivos?

Trata-se de uma Unidade de Produção familiar, em regime intensivo, com 50 hectares cultivados (23 hectares de silagem de milho, 32 de silagem de erva e o restante são prados permanentes). No Inverno as vacas secas e as novilhas gestantes vão para o pasto. Como principais objetivos pretendemos ter uma boa produção de leite, tentando aumentar a média de produção por vaca.

Quais consideram ser os fatores-chave para o sucesso da vossa Unidade de Produção?

Consideramos como fator-chave, no nosso caso, o facto de ser um negócio de família e ter sido sempre possível manter a estrutura com trabalho familiar. Assim como um bom acompanhamento por parte dos técnicos com quem trabalhamos e estarmos sempre abertos a novas ideias e novas informações que nos trazem.

Qual a vossa opinião sobre o estado atual da indústria leiteira e quais as perspetivas em relação ao futuro?

A indústria leiteira tem tido os seus momentos difíceis, é um negócio que requer muito investimento e movimento, com uma margem de lucro baixa. Ainda assim, em relação ao futuro, acreditamos que se irá manter, pois o setor primário tem de continuar. E acreditamos que os

produtores têm essa perseverança, apesar de todas as dificuldades económicas e burocráticas.

O que têm a dizer sobre o decorrente projeto de certificação em Bem-Estar Animal?

Achamos que é algo positivo, porque podemos inclusivamente pedir o apoio e com esse dinheiro podemos investir mais bem-estar animal. Até porque quem tem animais, independentemente de ser ou não certificado, tem sempre o dever de cumprir com as boas práticas.

Como correu a auditoria do Bem-Estar Animal na vossa Unidade de Produção? O que acharam das propostas de melhoria sugeridas pelos auditores?

Achamos que correu bem. Para já o que nos foi pedido foi-nos fácil de aplicar e não nos pareceu nada de extravagante, visto que já tínhamos implementado boas práticas.

Têm alguma mensagem que gostariam de deixar aos seus colegas de profissão?

Que não desanimem. Estamos esperançados que melhores dias virão.



Melius® Starcal

Corretivo
Calcário
Granulado

- ✓ Corretivo calcário com elevado poder neutralizante

VN (Valor Neutralizante): 53

- ✓ Elevada solubilidade carbónica: 80%

- ✓ Neutraliza rapidamente e acidez do solo

- ✓ Utilizável em Modo de Produção Biológico



DEIBA

Adubos Deiba - Comercialização de Adubos, Lda.
Parque Industrial de Mitrena Lotes 42-45
2910-738 Setúbal Portugal

T: +351 265 709 660
F: +351 265 709 665
sac.adubosdeiba@dfgrupo.com

www.adubosdeiba.com



O Cantinho da Ti Aurora



Jacinta Gil

Bolo de Castanhas

Uma receita tradicional para aquecer o coração no São Martinho

Que bonita forma de celebrar o São Martinho! A tradição das castanhas assadas, do vinho novo e da jeropiga é mesmo especial — e, quando se junta a cozinha à festa, tudo se torna ainda mais acolhedor.

Na Ti Aurora, esta data é marcada por sabores quentes e memórias doces. E nenhum São Martinho está completo sem o seu famoso Bolo de Castanhas, uma receita tradicional que traz à mesa o verdadeiro sabor do outono.



Ingredientes

- 500 g de castanhas cozidas e peladas
- 200 g de açúcar mascavado (ou branco, se preferir)
- 100 g de manteiga (à temperatura ambiente)
- 4 ovos
- 1 colher de chá de canela
- 1 colher de chá de erva-doce (opcional)
- 1 pitada de sal
- 1 colher de sopa de vinho do Porto ou jeropiga
- 1 colher de chá de fermento em pó
- 100 g de farinha de trigo (pode ajustar conforme a textura)
- Açúcar em pó para decorar (opcional)



Preparação

1. Preparar o puré de castanhas:
2. Triture as castanhas cozidas até obter um puré macio. Reserve.
3. Bater os ingredientes:
4. Numa taça, bata a manteiga com o açúcar até formar um creme. Junte os ovos, um a um, batendo bem entre cada adição.
5. Adicionar os sabores:
6. Misture o puré de castanhas, a canela, a erva-doce, o sal e o vinho do Porto ou jeropiga. Envolve bem.
7. Incorporar os secos:
8. Acrescente a farinha e o fermento, mexendo até ficar tudo homogéneo.
9. Levar ao forno:
10. Deite a massa numa forma untada e polvilhada com farinha. Leve ao forno pré-aquecido a 180°C durante cerca de 35 a 40 minutos, ou até o palito sair seco.
11. Finalizar:
12. Deixe arrefecer e, se quiser, polvilhe com açúcar em pó. Sirva com um copo de vinho novo ou jeropiga!



Bom apetite!

Sugestão da Ti Aurora:

“Este bolo sabe melhor se for comido à volta da fogueira, com castanhas a estalar e boa companhia à volta. E não se esqueçam da jeropiga!”

Publicidade

UDDERMINT
Ao primeiro sinal de perturbação

- Limpa e alivia
- Uma ajuda para a saúde do úbere
- O linimento favorito dos criadores de vacas leiteiras

Consulte os nossos serviços técnicos

Reagro

terra @ terra

LOJAS AGRO-RURAIS



Na Terra a Terra, não vendemos apenas produtos, oferecemos soluções para todas as suas necessidades, desde o jardim até à agricultura, do metro quadrado ao hectare.

Não esquecendo o bem-estar e conforto das pessoas e dos seus animais de estimação. Numa Loja Terra a Terra encontrará produtos e equipamentos que satisfazem as necessidades dos criadores das mais diversas espécies animais, do pequeno agricultor, dos amantes da jardinagem e do faça você mesmo.

Faça-nos uma visita e descubra o nosso atendimento especializado e dedicado.



Cantanhede
Mira
Soure
Vila Nova Paiva
Vouzela

